

# Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 11

FOLHA DE LONDRINA ONLINE - LONDRINA - PR - OPINIÃO  
ANFIP

**OPINIÃO DO LEITOR - Salve os 100 anos da Previdência Social**.....2

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Receita deve ter trocas no alto escalão**.....4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**"Carf vai focar nos casos mais complexos e ser ágil"**.....5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Receita tem inscrições prorrogadas**.....7

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Valor do consignado sobe com reajuste dos benefícios do INSS; entenda**.....8

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Congresso: Reforma tributária será prioridade para este ano**.....11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Disputa para dar largada na reforma tributária**.....13

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Em meio a discussões, salário mínimo de R\$ 1.302 começa o ano valendo uma cesta básica e meia**.....15

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Taxa de Desemprego caiu para 8,1%**.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Indicação para BC levanta debate no governo**.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Incerteza desafia início de cortes na taxa Selic**.....20

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
SERVIDOR PÚBLICO

**FIDCs são nova opção em renda fixa em cenário de juros altos**.....22

# OPINIÃO DO LEITOR - Salve os 100 anos da Previdência Social

**Vilson Antonio Romero**

A pedra fundamental oficial foi lançada em 24 de janeiro de 1923 pelo então presidente da República Arthur da Silva Bernardes, ao sancionar o Decreto Legislativo nº 4.682, alcunhado de Lei Eloy Chaves, em homenagem ao seu autor. Com esse texto legal era criada, para os empregados de cada empresa ferroviária existente, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), embrião deste grande castelo erguido em todos os cantos do país, nos últimos cem anos: a **Previdência Social** brasileira.

Hoje transformada no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), se consolidou como um dos maiores instrumentos de redistribuição de renda, quiçá, do mundo ocidental, mitigador dessa mazela chamada desigualdade social.

Pelos números do final de 2022, acima de 37 milhões de aposentados, pensionistas e demais beneficiários das áreas urbana e rural recebem pontualmente mais de R\$ 62 bilhões todo o mês.

São pagos mais de uma dezena de espécies de benefícios: aposentadoria por idade, por invalidez e por tempo de contribuição; pensão por morte; auxílios doença, acidente e reclusão, além dos benefícios de prestação continuada (BPC) de caráter assistencial (para idosos e deficientes decorrentes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e rendas mensais vitalícias por idade e invalidez).

É um cipoal previdenciário que, ao longo dos últimos anos, impediu milhões de brasileiros de caírem no fosso da miséria e da infâmia, abaixo da linha da pobreza e que permitiu alguma dignidade aos cidadãos que contribuíram mensalmente, pouco ou muito, para fazerem jus ao amparo ao final da vida laborativa, na invalidez ou na velhice.

Apesar de quase 70% dos milhões de beneficiários (mais de 25 milhões de brasileiros) receberem até um salário mínimo, a grande maioria dos aposentados e pensionistas segue responsável pelo sustento de suas famílias.

Indubitavelmente, apesar das críticas, das filas e do represamento na concessão, das dificuldades do

acesso digital, do abandono e precarização das unidades de atendimento, das carências de recursos humanos e materiais, a **Previdência Social** continua sendo a mais importante política pública de combate à desigualdade social que grassa em todos os cantos da Pátria amada, idolatrada. Salve, **Previdência Social**. Mais 100 anos de vida!

Vilson Antonio Romero é presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**

O príncipe Harry e seu livro

Dando mostra que o mundo vive na era das incertezas e dos horrores, quer pelo conflito Rússia x Ucrânia, covardemente invadida, quer pela degradação da natureza e da vida (nossa floresta amazônica sofreu o desmatamento de 101.506 ,km2 em 2022), agora em 2023 o Príncipe Harry lançou seu livro O Que Sobra , sobre as tramoias e tragédias da corte. Ele abriu a sua metralhadora giratória e disparou para todo lado, pai, madrasta, irmão, tio e cunhada, só faltaram os mordomos, que deve ser outro lançamento. O mais trágico foi ter contado que dentro do seu helicóptero blindado, no Afeganistão, atirou e matou 25 afegãos que corriam do ataque, por isso foi condecorado quando voltou a Londres. O pior de tudo é que isso pode lhe custar caro, como custou ao Salman Rushdie, que blasfemou contra o Islã e pagou caro - em 2022 levou 16 facadas pelo seu desafio, torcemos para que o Talibã não pratique nenhum atentado contra Harry, porque, parafraseando seu Livro, Pode Sobrar para Ele nesses tempos difíceis. Esse é o mundo em que vivemos hoje, onde as tramoias das celebridades e dos governantes, quando abertos os baús ou os livros lançados, a população fica louca em busca de mais notícias que alimentem seus egos, sempre sedentos por sangue.

Jose Pedro Naisser (ecologista) - Curitiba

Os artigos, cartas e comentários publicados não refletem, necessariamente, a opinião da Folha de Londrina, que os reproduz em exercício da sua atividade jornalística e diante da liberdade de expressão e comunicação que lhes são inerentes.

COMO PARTICIPAR| Os artigos devem conter dados do autor e ter no máximo 3.800 caracteres e no mínimo 1.500 caracteres. As cartas devem ter no

máximo 700 caracteres e vir acompanhadas de nome completo, RG, endereço, cidade, telefone e profissão ou ocupação. | As opiniões poderão ser resumidas pelo jornal. | ENVIE PARA [email protected]

**Site: <http://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor---salve-os-100-anos-da-previdencia-social-3227948e.html>**

# Receita deve ter trocas no alto escalão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende substituir superintendentes da **Receita Federal** (RF). A avaliação é de que, assim como ocorreu na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, houve um direcionamento nesses cargos de confiança para nomes ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, procura novos nomes para as administrações regionais do Fisco e pretende aumentar o número de mulheres e negros ocupando esses cargos - diretriz de Lula para toda a administração.

A Receita tem 10 superintendentes. Desde a saída de Bolsonaro, apenas o da 6ª Região Fiscal, de Minas Gerais, foi substituído, pois o então ocupante do cargo, Mário Dehon, foi promovido a subsecretário de Arrecadação e Cadastros.

Dehon era superintendente no Rio de Janeiro no início do governo Bolsonaro e foi transferido para Minas após supostas interferências do ex-presidente na RF no Estado de origem de sua família. Em um dos episódios, em 2019, o então presidente chegou a dizer que o Fisco do Rio estaria fazendo uma "devassa" na vida financeira de seus familiares.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20230123>

# "Carf vai focar nos casos mais complexos e ser ágil"

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Formado em Direito e Economia, já foi secretário executivo da Controladoria-Geral da União (CGU) e é auditor fiscal da Receita há 25 anos

O novo presidente do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) o auditor da Receita Carlos Higino Ribeiro de Alencar diz que o órgão vai focar em causas mais complexas com as mudanças previstas no plano econômico do governo.

Ele prevê zerar o estoque de processos do tribunal administrativo dentro de dois anos e meio. "Isso significa que entre final de 2025 e começo de 2026, teremos os processos julgados em menos de um ano", prometeu na sua primeira entrevista no cargo. Hoje, o estoque de processos do **Carf** soma R\$ 1 trilhão em disputa entre os contribuintes e o Fisco. A lei manda o **Carf** julgar os processos em um ano, mas o tribunal tem levado até quatro anos.

Na defesa da volta do voto de paridade, o ministro Fernando Haddad disse que o modelo do **Carf** só existe no Brasil. Como funciona nos outros países?

Mesmo fechando todo o ciclo de análise do processo administrativo e fiscal no âmbito da Receita e do **Carf**, o contribuinte aqui ainda pode ir para a Justiça e começar tudo lá do zero.

O modelo paritário com, digamos, preferência do empate ser pró-contribuinte, não tem paralelo. Nos países avançados, da Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão, que servem como referência, não tem um modelo deste. Devemos olhar para os outros países desenvolvidos e ver se não estamos criando uma jabuticaba.

Por que retorno do voto de qualidade é importante?

Porque ele decide os casos nos quais a controvérsia jurídica é mais refinada. Não é matéria que falta um recibo de despesa de saúde. Mas se pode aplicar a tese jurídica A, B ou C. São os casos complexos, dos grandes contribuintes e de teses jurídicas controversas.

O Congresso vai aprovar a MP diante do fato de que

acabou com o fim do voto de qualidade há pouco tempo, em 2020?

Se o governo encaminhou, ele fez avaliação política da viabilidade da aprovação. Ninguém encaminharia se não fosse assim.

Tem que fazer o debate, explicar para a sociedade e dizer que o **Carf** vai julgar conforme foi aprovado, com a legislação que nos derem.

Há muitas críticas ao limite de mil salários mínimos (R\$ 1,3 milhão) de alçada para os processos serem levados ao **Carf**. Vai prejudicar o acesso das micro e pequenas empresas?

Não vai. Temos um volume muito grande de casos aqui que não dizem respeito às teses tributárias, mas a matéria de prova. Por exemplo, na fiscalização, o contribuinte não apresentou uma prova ou apresentou e ela não foi aceita. Numa situação como essa, o caso mais frequente é de recibo de saúde. O ponto de vista nosso é que a segunda instância na Receita vai garantir grau de análise dos casos.

Por que, então, os representantes dos micro e pequenos empresários estão criticando?

Essa alteração feita por MP não vai prejudicar o pequeno empresário. Não é ele que tem os julgados tratados aqui que dão controvérsia. As teses complexas são onde dá empate. A maioria esmagadora das empresas está no Simples. Pergunta se tem grandes teses aqui do Simples? Não tem. Porque as teses envolvem casos complexos que pagam IRPJ tributados com base no lucro real.

Esse limite é para desafogar os processos do **Carf**, que somam R\$ 1 trilhão?

Não diria que é só para desafogar.

Eu diria que a ideia é deixar o **Carf** como uma corte administrativa para julgar matérias e teses tributárias de maior complexidade, que na maioria das vezes envolve maiores valores.

Qual o impacto imediato?

Entre março e abril, esses processos deixam de subir

para o **Carf**. Os processos que já estão aqui vamos julgá-los. São 92 mil. Depois vamos receber só os processos maiores. A ideia é dar previsibilidade e agilidade.

A lei manda julgar os processos no **Carf** em um ano. E hoje estamos levando de três a quatro anos.

O **Carf** tem R\$ 1 trilhão de estoque de processos.

Quais as razões?

Temos que dar um pouco de razão ao que alguns críticos falaram: "ah, mas esse valor de R\$ 1 trilhão não é só da situação de ter mudado o voto de qualidade". Tivemos outros problemas: pandemia da covid, um movimento dos auditores (paralisações).

Quando o número de processos começa a cair?

Com o novo limite de mil salários mínimos em número de processo, acredito que se consiga zerar o estoque e entrar no fluxo normal dentro de dois anos e meio. Isso significa que entre final de 2025 e começo de 2026, teremos processos julgados em menos de um ano.

Não está havendo uma virada fiscalista no **Carf** para aumentar as receitas do governo?

De maneira nenhuma. O tribunal é imparcial e vai julgar sempre com a legislação que for dada a ele.

Em 2015 e 2016, foram descobertos casos de corrupção muito graves e no ano passado outras suspeitas.

Como o problema será tratado?

Desde os meus antecessores, foram aprimorados os mecanismos.

Hoje, para virar conselheiro tem uma comissão independente que analisa os currículos.

As sessões são filmadas, mas temos que estar aprimorando os controles.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Receita tem inscrições prorrogadas

As inscrições para o concurso público da **Receita Federal** foram prorrogadas até as 16h do dia 25 de janeiro, segundo edital de retificação publicado na última quinta-feira (19) no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV). São 699 vagas, sendo 469 para analista tributário e 230 para auditor fiscal. As remunerações iniciais são de R\$ 11.684,39 e R\$ 21.029,09, respectivamente.

Para participar é preciso registrar a inscrição pelo site do concurso e pagar a taxa de R\$ 115, para o cargo de analista tributário, ou de R\$ 210, para o cargo de auditor fiscal. Com o prazo ampliado, a taxa de inscrição precisará ser paga até, no máximo, o dia 26. Além disso, o Darf (documento de arrecadação) só poderá ser emitido até as 16h do dia 26. Caso o pagamento não seja feito no prazo, a inscrição será cancelada, segundo informações do edital.

O candidato que desejar concorrer as vagas reservadas as pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e enviar o laudo médico específico até as 16h do dia 25. A relação dos candidatos que tiverem a inscrição aceita para concorrer como pessoas com deficiência está prevista para ser divulgada em 8 de fevereiro de 2023.

A previsão da organizadora do concurso é que a relação de candidatos negros que poderão concorrer às vagas reservadas também seja divulgada no dia 8 de fevereiro.

O concurso será realizado em duas fases. A primeira conta com prova objetiva de 140 questões, sendo 80 de conhecimentos básicos e 60 de conhecimentos específicos para o cargo de auditor fiscal; 70 de conhecimentos básicos e 70 de conhecimentos específicos para o cargo de analista tributário; prova discursiva, com duas questões de conhecimentos específicos para o cargo de auditor fiscal e uma questão de conhecimento específico para a seleção de analista tributário; e a pesquisa de vida pregressa.

As duas primeiras etapas serão de caráter classificatório e eliminatório e serão realizadas em todas as capitais do país. A segunda fase, por sua vez, é a realização do curso de formação

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-02f6c78de6cfd279480ef7b5ccdb17.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-02f6c78de6cfd279480ef7b5ccdb17.pdf)

# Valor do consignado sobe com reajuste dos benefícios do INSS; entenda

Por Marta Cavallini, g1

Quem recebe benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e tem empréstimo consignado em andamento deve ficar atento aos novos valores pagos neste ano.

Com o reajuste dos benefícios, os valores pagos nas prestações do empréstimo consignado também serão reajustados já na folha de pagamento deste mês - veja ao final da reportagem o calendário de pagamentos do **INSS**.

Teto do **INSS** sobe para R\$ 7.507; veja como ficam os valores dos benefícios acima do salário mínimo. Contribuição ao **INSS** muda em fevereiro: saiba quanto você vai pagar. Abono salarial, CadÚnico, seguro-desemprego: veja o que muda com o salário mínimo de R\$ 1.302

Atualmente, o valor da margem do crédito consignado, ou seja, o valor da renda que pode ser comprometido com o empréstimo, é de 45% - 35% no empréstimo consignado, 5% para despesas e saques no cartão de crédito consignado e 5% para gastos no cartão de benefício.

Por exemplo, em uma renda mensal de R\$ 2 mil, o valor máximo da parcela a ser descontado mensalmente será de R\$ 700 (para empréstimo consignado convencional) mais R\$ 100 (para despesas e saques exclusivamente com cartão de crédito consignado) e R\$ 100 para despesas com cartão de benefício.

Já entre os funcionários da iniciativa privada com carteira assinada, o limite é de 40% - 35% para o empréstimo e 5% para as despesas com cartão de crédito consignado.

Pela norma vigente, o número de parcelas deve ser acordado entre o banco e o contratante.

## Entenda o consignado

O consignado é um tipo de empréstimo em que a prestação é descontada diretamente do benefício previdenciário todos os meses. Além dos aposentados e pensionistas do **INSS**, podem pedir esse tipo de empréstimo os trabalhadores com carteira assinada e

**servidores públicos**. Nesses dois últimos casos, as parcelas são descontadas dos salários.

Como é garantido que as parcelas serão pagas em dia, o consignado é um tipo de crédito mais barato do que outras opções do mercado. E os aposentados e pensionistas são os que mais recorrem a esse tipo de empréstimo. O valor máximo depende de quanto eles recebem por mês para que a renda não fique comprometida.

O cartão de crédito consignado funciona como um cartão de crédito comum e é usado para o pagamento de produtos e de serviços no comércio. A diferença é que, no cartão de crédito consignado, o valor da fatura pode ser descontado, total ou parcialmente, automaticamente na folha de pagamento, limitado ao valor da margem consignável.

## Teto de juros

O teto dos juros do crédito consignado para segurados do **INSS** é o mesmo do ano passado: 2,14% ao mês no empréstimo convencional e 3,06% nas operações com cartão de crédito consignado. Assim, os bancos não podem ultrapassar esse limite de taxa.

Levantamento no site do Banco Central mostra, no entanto, que as taxas mensais do empréstimo consignado para segurados do **INSS** variavam de 1,25% a 2,16% na primeira semana de janeiro, entre 38 instituições financeiras pesquisadas.

Já entre os funcionários do setor privado com carteira assinada, elas iam de 1,5% a 4,79% ao mês. No crédito pessoal não consignado, variavam de 0,71% a 23,21%.

## Como consultar

O local onde é possível ver os valores/margens para o empréstimo consignado é o Extrato de Empréstimo Consignado, serviço disponível no Meu **INSS**. Para quem tem empréstimo, na primeira página do extrato de consignações aparecerá uma tabela com os valores consignáveis. Quando o segurado não possui empréstimo e não está bloqueado para empréstimo, a margem aparece na tela inicial do extrato de consignados do Meu **INSS**. Se o segurado tiver o benefício bloqueado, os valores não aparecerão.



## Como evitar e denunciar o assédio aos aposentados

Para proteger os segurados do assédio das instituições financeiras na oferta de consignado, o **INSS** instituiu o bloqueio automático para empréstimos em novos benefícios. Isso vale também para quem recebe também o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência de qualquer idade e ao idoso com idade superior a 65 anos que comprovem não ter meios de prover a própria manutenção nem de sua família.

Os recém-aposentados e segurados só podem receber ofertas de empréstimo consignado 180 dias após a concessão do benefício. E nos primeiros 90 dias, a conta do segurado fica bloqueada para a contratação de empréstimos. Somente após esse prazo, o beneficiário pode solicitar o desbloqueio. Se a solicitação não for feita, o benefício continua bloqueado para esse tipo de operação.

O beneficiário pode? ainda realizar o bloqueio e desbloqueio do benefício a qualquer momento após o prazo de 90 dias através da Central de Atendimento 135 ou pelo Meu **INSS**.

As instituições financeiras que violam as regras estão sujeitas a suspensão e rescisão de contratos com a Previdência. Por isso, os segurados podem denunciar a instituição ao **INSS**, seja na ouvidoria do órgão, na central de teleatendimento 135, pelo site Meu **INSS** ou pessoalmente em qualquer agência.

Para evitar esses problemas, o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) sugere:

**Cadastro no "não perturbe":** o beneficiário do **INSS** deve cadastrar os números dos telefones no site [naomeperturbe.com.br](http://naomeperturbe.com.br) para evitar o recebimento de ligações. **Reclamação no Consumidor.gov.br** e no Procon: se as ligações não cessarem, o beneficiário pode também registrar reclamação no site [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br) para gerar estatística e identificar a instituição bancária que está desrespeitando o pedido de não perturbe. Além disso, recomenda-se registrar reclamação no Procon local. **Boletim de ocorrência:** se não houve interrupção das ligações perturbadoras ou se for verificado que houve empréstimo consignado sem consentimento do beneficiário, também deverá registrar boletim de ocorrência para que sejam investigados crimes de acesso indevido a dados pessoais, bem como importunação e fraude. **Ação judicial:** caso o empréstimo consignado não tenha sido efetuado pelo beneficiário, ele deverá procurar um advogado especializado para ingressar com pedido de liminar

para suspender os descontos e dano moral por toda a dor de cabeça contra o **INSS** e a instituição financeira responsável. A advogada lembra que é importante destacar a importância de registrar as reclamações para que seja apurado como esses dados chegam aos bancos e quais estão cometendo as infrações.

## Recomendações do **INSS**

Monitore os valores da aposentadoria e do empréstimo consignado no site Meu **INSS**. Não contrate empréstimos pelo telefone. Nunca dê seu CPF nem o número do cartão do **INSS** para quem quer que seja. Leia com atenção cada documento antes de assinar. Se algum dinheiro não esperado aparecer em sua conta, veja a origem e entre em contato com a instituição para devolver o valor recebido. O **INSS** não entra em contato por meio de mensagens de telefone ou aplicativos como WhatsApp, ligação ou e-mails para oferecer serviços de empréstimo consignado, nem envia motoboys para a casa dos beneficiários. Não devem ser passados, em nenhuma hipótese, dados como senhas e dados bancários. As cláusulas desses acordos feitos entre o **INSS** e as instituições financeiras preveem que cabe aos bancos a adoção de cuidados para evitar o vazamento de dados, consignações fraudulentas e assédio comercial. Em caso de fraudes ou em que não reconheça o empréstimo, o segurado deve procurar imediatamente a instituição financeira e registrar também sua reclamação no Portal do Consumidor ([consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br)), para fins de tratamento e exclusão de descontos. O próprio beneficiário pode solicitar o bloqueio de contratação de operações de crédito consignado por meio do Meu **INSS**, site ou aplicativo ou pela Central 135, que funciona das 7h às 22h, de segunda a sábado. O atendimento deste serviço será realizado à distância, não sendo necessário o comparecimento presencial nas unidades do **INSS**. O segurado que se sentir ameaçado pode registrar reclamação na ouvidoria e um boletim de ocorrência na polícia.

## Recomendações do Banco Central antes de contratar consignado

Não faça qualquer pagamento adiantado para obter o empréstimo; Pesquise e compare as taxas de juros e condições oferecidas por outros bancos. Em especial, repare no Custo Efetivo Total - CET, que resume o custo total da operação em percentual; Verifique se o banco está autorizado a funcionar pelo Banco Central e se tem convênio com sua fonte pagadora; por exemplo, no caso dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**, se a instituição está conveniada com o **INSS**; Nunca assine um contrato ou uma proposta de contrato em branco; Não aceite a intermediação de pessoas com promessas de

acelerar o crédito; Não forneça o cartão magnético ou senha do banco a terceiros; Lembre-se de que esse tipo de operação representa dívidas que poderão afetar sua renda pessoal e familiar futura, em razão do desconto mensal com o pagamento do empréstimo; Caso queira fazer a transferência do contrato para outro banco, leia atentamente as informações sobre portabilidade de crédito.

#### Calendário do **INSS**

Os segurados que recebem aposentadoria, pensão ou auxílio-doença podem conferir as datas de pagamento dos benefícios em 2023. O calendário deve ser seguido de acordo com o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Para quem recebe um salário mínimo, os depósitos referentes a janeiro serão feitos entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro.

Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/23/valor-do-consignado-sobe-com-reajuste-dos-beneficios-do-inss-entenda.ghtml>**

# Congresso: Reforma tributária será prioridade para este ano

A **reforma tributária** é apontada como uma das pautas prioritárias do novo governo e do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, estão em discussão algumas propostas de emenda à Constituição (PECs) que têm o propósito de modificar as normas de tributação. Três delas (PECs 45/19, 110/19 e 7/20) foram objeto de debate nos últimos três anos.

A PEC 7, aprovada na comissão especial, pretende cobrar o imposto sobre o consumo apenas na venda final ao consumidor, permite aos estados a adoção de alíquotas complementares de imposto de renda e busca retirar encargos da folha de salários. As duas outras propostas têm um mecanismo que busca descontar o imposto pago em fases anteriores.

Em 2020 e 2021, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) produziu um relatório, unificando os textos das PECs 45 e 110 (esta última aguarda votação no Senado Federal). A PEC 45, que chegou a ser avocada para ser votada diretamente pelo Plenário, foi baseada em estudos realizados pelo novo secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

O relatório de Aguinaldo cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição a cinco **tributos**: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. A ideia é simplificar o sistema e fazer com que a tributação sobre consumo seja cobrada apenas no destino final das mercadorias e serviços. Para isto, seria feita uma transição de seis anos. Algumas dificuldades são encontrar uma alíquota que não pese muito para o setor de serviços e amenizar as perdas de estados produtores como São Paulo.

Nova discussão O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que participou de comissão especial criada para analisar a PEC 7/20, acredita que é melhor juntar todas as propostas, as velhas e as novas, e rediscutir tudo. "Precisamos retomar este debate em uma nova comissão especial. O sistema atual, para mim, esgotou. É um sistema que reproduz desigualdade porque rouba os recursos dos mais pobres, dos consumidores. Os 34 países mais ricos do mundo tributam no máximo 17 a 20% no consumo. O Brasil tributa mais de 50%", avalia.

Lopes explicou que o governo também quer taxar mais a renda e o patrimônio para oferecer alíquotas

menores no imposto sobre consumo. Além disso, o presidente Lula disse na campanha que pretendia isentar de Imposto de Renda os ganhos até R\$ 5 mil mensais.

Manutenção A deputada Bia Kicis (PL-DF), relatora da PEC 7, afirma ser favorável a uma maior taxa de renda mas defende a manutenção da carga tributária geral; ou seja, que empresas e pessoas físicas não tenham que aumentar o que repassam para o governo em seu conjunto. "A produção vai ser totalmente desonerada. O consumo vai ser cobrado só lá na ponta. Desonerando a cadeia, você tem uma produção muito mais barata. Com isso, você reduz o preço da mercadoria. E aí faz com que empresários e industriais abram mais postos de trabalho. Contribui para vencer o desemprego", avalia.

Posse O tema chegou a ser reforçado com destaque durante a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no último dia 10. Na ocasião, o presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, defendeu a **reforma tributária** ao discursar na cerimônia. Segundo ele, o sistema de arrecadação brasileiro precisa urgentemente ser desburocratizado e simplificado. Ele ainda apontou que a medida será uma das pautas prioritárias do Legislativo em 2023.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), escolhido para a liderança do novo governo no Congresso, afirmou que o Senado vai retomar no governo Lula o debate sobre uma **reforma tributária** para o país. "É algo que faremos a partir de fevereiro ou de março. O governo vai respeitar o debate já em curso no Congresso e, a partir dele, buscar uma reforma que respeite a diversidade de um país continental e plural, que não pode ter uma mesma régua tributária para todas as regiões." Lula Como tem declarado o próprio presidente, é preciso "mudar a lógica" do Imposto de Renda para garantir isenção a quem ganha até R\$ 5.000 e fazer os mais ricos pagarem mais. "Meus companheiros sabem que tenho briga com economistas do PT. Vocês sabem que o pessoal fala assim 'Lula, se a gente fizer isenção até R\$ 5.000, são 60% de arrecadação do país, de pessoas que ganham até R\$ 6.000'. Ora, então vamos mudar a lógica. Diminuir para o pobre e aumentar para o rico", afirmou o petista.

Ainda segundo o chefe do Executivo, será necessária

uma "briga" para aprovar a **reforma tributária** dessa forma. Ele disse ainda que será preciso mobilização e pressão, inclusive em cima do governo federal. Em discurso feito na última semana a uma platéia de sindicalistas, o presidente repetiu ser preciso colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. (Com informações da Agência Câmara e da Agência Senado) **ÍSA MAIS CONTEÚDO ACESSE**  
[www.oestadoce.com.br](http://www.oestadoce.com.br)

**Site: file:///C:/Users/oem/Desktop/O%20GLOBO%20-%20RJ/23-01-23%20(1).pdf**

# Disputa para dar largada na reforma tributária

**VICTOR CORREA, *Marcílio de Moraes***

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), travam uma acirrada disputa pelo pontapé inicial na **reforma tributária**. A concorrência, segundo membros do alto escalão do governo federal, é para definir por onde começa a revisão nos **impostos** - se pelo modelo dual de simplificação de **tributos**, previsto pela PEC 110, em tramitação no Senado Federal, ou se pela PEC 45, da Câmara, que propõe a criação de um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A ideia do governo, porém, é fazer um "mix" das propostas, juntando as duas. Lira defende que o texto inicial seja o da PEC 45, de autoria do deputado federal e presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP). Só que a tese mais aceita é que a base seja o da PEC 110.

Candidatos à reeleição nas respectivas Casas Legislativas, Pacheco e Lira disputam o pontapé inicial na PEC por uma questão de posicionamento junto ao Palácio do Planalto. Afinal, seja por onde começar, o presidente praticamente "apadrinha" a reforma e aumenta o cacife nas negociações com o governo. "Tenho a impressão que a opção é pela PEC 110. É mais rápido e seguro o Senado ser a instância revisora. Você faz a proposta e, se ela tiver que voltar após alterações na Câmara, aprecia. Na minha experiência parlamentar, de mais de 30 anos, isso é o mais adequado", disse o ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly, um dos autores da PEC. Para ele, a discussão está madura no Parlamento e "faltava o governo".

O mesmo entendimento é ecoado pelo governo. "O fato é que, na Câmara, vai demorar mais", disse um integrante da Esplanada. A urgência da medida ficou ainda mais ressaltada durante a semana, depois de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dizer, no Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), que quer a reforma pronta até abril. O prazo é considerado entre "pertado" e "impossível" por especialistas, mas, para parlamentares, trata-se de tempo suficiente.

A articulação pela reforma está em andamento, de olho no retorno das atividades do Legislativo, em 1º de fevereiro. O secretário especial para a **reforma tributária**, Bernard Appy, reuniu-se com Baleia Rossi, com o relator da PEC 110, senador Roberto Rocha (PTB-MA), com o relator da PEC 45, deputado

Aguinaldo Ribeiro (PP-AL) e com secretários de Fazenda dos estados.

**DUAS REFORMAS** O governo definiu, ainda, que serão duas reformas tributárias. No primeiro semestre, as mudanças atingirão os **tributos** que incidem sobre o consumo. No segundo, o alvo é o Imposto de Renda de Pessoa Física, quando a Fazenda tentará reajustar a tabela do IRPF. Para a economista e professora de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carla Beni, as propostas estão tecnicamente maduras, mas o problema é no campo político. "Vai começar a se mapear como será desenhada a frente ampla. As diferenças de impressões e de ideologia serão postas na mesa. Não vai ter uma unidade", acredita.

Outro ponto ressaltado por Haddad em Davos é que a reforma será "neutra", sem aumento da carga tributária. A expectativa, porém, é que o peso do ajuste recaia sobre o comércio. Na quinta-feira, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) criticou ao afirmar que o governo está fazendo uma reforma voltada para as indústrias.

"Estamos falando de quase 65% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Lógico que vão tributar os serviços. E não é preciso criar uma alíquota maior. Qualquer incremento baixo é uma quantidade absurda de arrecadação", diz o economista e advogado Alessandro Azzoni. Para ele, a reforma da forma como está desenhada não deve alterar significativamente a carga de **tributos**. Também crê que terá efeito limitado em um cenário de gastos públicos elevados. "Acho que a primeira coisa que o governo deveria fazer é mostrar essa âncora fiscal, dando estabilidade. Depois, faz a reforma administrativa com equacionamento do tamanho do Estado", apontou.

Governo identifica resistências

Na articulação para a aprovação da primeira etapa da **reforma tributária**, o Ministério da Fazenda mapeou as resistências à proposta no Congresso. E identificou o setor do agronegócio como um dos principais focos de oposição às mudanças nos **impostos** que incidem sobre bens e serviços. A avaliação é de que essa resistência seria ainda maior do que a feita pelo setor de serviços, que há anos vem liderando uma frente contrária à aprovação da reforma no Congresso e

defendendo a tese de criação de uma nova CPMF - rejeitada pela equipe atual. A equipe econômica aposta em "diálogo transparente" e em material informativo para derrubar "mitos" que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera que foram sendo construídos nos últimos anos para impedir o avanço da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conversou com o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República, Paulo Pimenta, para afinar a comunicação da **reforma tributária**. Para ele, se a mensagem for passada de forma correta para os setores da sociedade, isso será central na estratégia de política econômica para o crescimento.

Segundo o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), diretor da Frente Parlamentar do Agronegócio - e que será o vice-presidente da instituição -, o setor tem participado ativamente no Congresso dos debates em torno da **reforma tributária**, tanto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110 quanto da 45. A primeira cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), unindo PIS e Cofins, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), unindo ICMS e ISS. Já a 45 substitui cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas.

Ele diz que a FPA pleiteia que o setor seja contemplado "a amplitude da sua cadeia". "Muitas vezes se dissemina uma imagem de que o setor é menos taxado em relação a outros setores da economia, como comércio e indústria. Quando nós vemos como um todo a cadeia, vemos que a elevada taxa que existe no Brasil também atinge o setor do agronegócio", salienta.

Já a Confederação Nacional do Agronegócio avalia que nos projetos que tramitam no Congresso, o "aumento da carga tributária recai nos insumos, nas vendas dos produtos agropecuários e, também, na cobrança do Imposto de Renda da atividade rural".

"Muitas vezes se dissemina uma imagem de que o setor é menos taxado em relação a outros setores da economia, como comércio e indústria. Quando nós vemos como um todo a cadeia, vemos que a elevada taxa que existe no Brasil também atinge o setor do agronegócio"

Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) deputado federal e diretor da FPA

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

Disposição para mudar

A disputa em torno do início da tramitação e das propostas de **reforma tributária** mostra que há disposição tanto na Câmara quanto no Senado em promover mudanças na complexa estrutura de **impostos** do país, com 92 **tributos**, taxas e contribuições e uma infinidade de normas e regras que exigem das empresas ter departamentos ou quadros específicos apenas para prestar contas ao fisco ou a encontrar formas de escapar do peso do estado nos custos de produção. A disponibilidade de deputados e senadores aliada à intenção do governo pode (e deve) representar um marco na economia do país ao concretizar uma reforma que é discutida há quase três décadas e nunca avançou por temor de governos federal, estaduais e municipais de perder arrecadação, e por acomodação por parte do setor privado agraciado com incentivos e benefícios fiscais. Quebrar essa inércia depende da capacidade de mobilização dos parlamentares em torno de uma proposta que atenda a toda a sociedade e não apenas a grupos específicos.

De 1995 aos dias de hoje, a carga tributária saltou de 27% para 33,90% do **PIB**. Esse emaranhado tributário com forte concentração de **impostos** sobre consumo pesa mais sobre a população mais pobre, que paga, proporcionalmente à sua renda e ao seu patrimônio, mais **impostos** do que os ricos. O mesmo vale para o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Em 1994, ano da criação do real, a maior alíquota de 27,5% incidia sobre renda equivalente a 94 salários mínimos, enquanto hoje pagam essa alíquota os brasileiros com renda mensal correspondente a 4,5 salários mínimos. É de se esperar que a correção dessas distorções esteja no radar os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e não apenas a busca de prestígio com o Palácio do Planalto no início de um novo governo.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/23/01/2023/p1>

# Em meio a discussões, salário mínimo de R\$ 1.302 começa o ano valendo uma cesta básica e meia

## Economia

### / Do R7

Em meio a discussões sobre o valor do salário mínimo, o novo piso de R\$ 1.302 começou a vigorar neste ano valendo um pouco mais de uma cesta básica e meia. Segundo estimativa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o custo médio do grupo de alimentos essenciais para uma família brasileira deve ficar em R\$ 802,36 em janeiro.

Com isso, o piso nacional terá poder de compra equivalente a 1,6 cesta básica em janeiro, a menor média entre 2008 e 2021, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada em 17 capitais.

A cesta básica é composta por 13 itens definidos em decreto de 1938, e é base para o cálculo do valor do salário mínimo necessário para a sobrevivência de uma família. Fazem parte dela itens como carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes, pão, café, frutas, açúcar, óleo e manteiga, e a quantidade varia dependendo da região.

Após quatro anos, o mínimo voltou a ter ganho real. Desde o dia 1º de janeiro, o piso oficial passou de R\$ 1.212 para R\$ 1.302. Como o reajuste ficou em 7,42% e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado no ano passado foi de 5,93%, o ganho real atingiu 1,41%.

O valor foi previsto na medida provisória editada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em dezembro. Mas o orçamento de 2023 foi aprovado com um piso um pouco maior, de R\$ 1.320.

O governo ainda não definiu se haverá alteração. Segundo avaliação da equipe econômica, a Previdência teve a base de beneficiários elevada no final do ano. Por isso, o custo adicional com o impacto do aumento ficaria acima dos cerca de R\$ 6,8 bilhões

previstos no Orçamento de 2023 para a medida.

No entanto, a expectativa é que o mínimo poderá passar para R\$ 1.320 em 1º de maio, aumento de 1,3% em relação aos R\$ 1.302 atuais.

Na última semana, o governo federal criou um grupo de trabalho para discutir uma política permanente de valorização do salário mínimo, que terá 45 dias para apresentar uma proposta.

Para proteger o poder de compra dos trabalhadores com renda próxima ao piso, os mais afetados pela **inflação**, o Dieese defende uma política de valorização do salário mínimo. "O mais importante é a discussão para a construção de uma nova política de valorização do salário mínimo em caráter permanente", afirma José Silvestre, diretor-adjunto do Dieese.

Entre 2015 e 2019, o salário mínimo pago aos brasileiros era calculado com base na expectativa para o INPC do ano e a taxa de crescimento real do **PIB** (Produto Interno Bruto) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - de dois anos antes.

A medida, estabelecida pela lei 13.152, foi interrompida a partir de 2020, quando o reajuste passou a ter como base apenas a expectativa para a **inflação** do ano anterior, sem garantir ganho real.

Segundo estimativas do Dieese, o salário mínimo é a base da remuneração de 60,3 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e o último reajuste, de R\$ 90 neste ano, teve impacto de R\$ 69,3 bilhões na economia.

Ao conceder um reajuste do salário mínimo sem a reposição do poder de compra, o governo federal gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o piso da remuneração.

A Constituição, no entanto, determina que o salário mínimo deve ser corrigido, ao menos, pela variação do INPC do ano anterior.

Estudo do Dieese mostra que cada R\$ 1,00 acrescido no salário mínimo tem impacto estimado de R\$ 322,8 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da **Previdência Social**. O aumento para R\$ 1.302,00 (R\$ 90,00 a mais) significa custo adicional ao ano de cerca de R\$ 29 bilhões.

De abril de 2002 e janeiro de 2023, o salário mínimo teve um ganho real de 81%, considerando valor de R\$ 1.302. Esse índice seria maior se a política de aumento real não tivesse sido interrompida nos últimos quatro anos, explica José Silvestre.

"Acho fundamental a discussão da política de valorização. A sinalização que a gente tem acompanhado até agora é que poderá ter a garantia do INPC e algo relacionado ao **PIB**. Se for o **PIB** dos últimos 24 meses, ou a média dos últimos cinco anos, ou o **PIB** per capita, não se sabe ainda. Mas o que está sinalizado é que vai ter uma política extremamente importante, ainda mais que será em caráter permanente", acrescenta o diretor-adjunto do Dieese.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/em-meio-a-discussoes-salario-minimo-de-r-1302-comeca-o-ano-valendo-uma-cesta-basica-e-meia-23012023>



# Taxa de Desemprego caiu para 8,1%

por **Ecio Costa@eciocosta**

O IBGE divulgou que a Taxa de Desocupados caiu para 8,1% no trimestre encerrado em novembro, segundo a PNAD Contínua. Esse é o menor patamar desde abril de 2015 e na comparação com o trimestre encerrado em agosto, houve uma redução de 8,9% para 8,1%, 8,7 milhões de desempregados a menos.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2021, a taxa caiu de 11,6% para os 8,1%. A população desocupada de 8,7 milhões de pessoas recuou em 9,8%, ou seja, menos 973 mil pessoas em relação ao trimestre anterior e caiu 29,5%, menos 3,7 milhões de pessoas, na comparação anual.

A população ocupada chegou ao patamar de 99,7 milhões de pessoas, representando um recorde em relação à série histórica iniciada em 2012, com alta de 0,7% em relação ao trimestre anterior e de 5% em relação ao ano anterior, onde 4,8 milhões de trabalhadores conseguiram emprego.

O rendimento real habitual, ou seja, o rendimento depois de descontar a **inflação**, cresceu 3% no trimestre e 7,1% em 1 ano. Ao observar a série histórica, observa-se que o patamar de R\$ 2.787,00 do rendimento real médio agora está no mesmo nível de junho de 2021.

A renda real caiu drasticamente por conta da **inflação**, que teve seu pico em março de 2022. Depois que a **inflação** foi cedendo, a massa de rendimento foi se recuperando. Olhando um pouco para trás, em abril e maio de 2020, no auge da pandemia, houve deflação na economia.

Isso empurrou a massa salarial lá para as alturas, chegando a ficar assim acima de R\$ 3 mil. Depois, a **inflação**, principalmente de alimentos e combustíveis, fez com que ela caísse e agora vem se recuperando para um patamar muito parecido com o da média de antes da pandemia.

Controlar a **inflação** é tão importante quanto ter uma taxa de desemprego baixa porque a massa salarial real com uma **inflação** descontrolada prejudica os trabalhadores, principalmente aqueles de renda mais baixa, que tendem a ter um poder de compra muito baixo.

É importante também estar pensando no futuro em como aumentar a produtividade da mão-de-obra para

que esse rendimento real cresça ainda mais. Isso acontece através da formação do capital humano e do investimento em tecnologia, algo que o Brasil precisa fazer urgentemente pois vem perdendo em competitividade na comparação com outros países.

**Site:**

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/01/taxa-de-desemprego-caiu-para-8-1.html>

# Indicação para BC levanta debate no governo

*Larissa Garcia, Renan Truffi, Fabio Murakawa, Estevão Taiar e Fernando Exman De Brasília*

Apontada como um possível marco nas relações da gestão Lula com o Banco Central autônomo, a indicação do próximo diretor de política monetária do BC tem provocado debates dentro do governo federal. Ainda não há consenso sobre um nome, segundo o Valor apurou. Mas discute-se qual o perfil ideal do escolhido, se essa seleção deve ser articulada com o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, e a repercussão de uma eventual opção heterodoxa tanto no mercado quanto no Senado, responsável pela sabatina e aprovação do nome.

Internamente, a avaliação no BC é que não haverá ruído nessa articulação, a qual deve tomar corpo só depois da eleição para presidente do Senado e da definição de quem presidirá a Comissão de Assuntos Econômicos da casa (CAE). Aposta-se em uma boa relação com a equipe econômica e em uma escolha "consensual". Conforme mostrou o Valor recentemente, o presidente do BC já sondou economistas do mercado para o cargo, a fim de levar sugestões ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O mais cotado por Campos é o economista do Santander Sandro Mazerino Sobral.

No governo, observa-se em silêncio a movimentação. O assunto é tratado como "em aberto".

A vaga na Diretoria de Política Monetária será aberta formalmente no dia 28 de fevereiro, quando terminam os mandatos do atual titular, Bruno Serra, e também do diretor de fiscalização, Paulo Souza. Mesmo que não sejam reconduzidos, eles podem aguardar no cargo a nomeação dos novos membros.

Porém, a expectativa é que Souza permaneça no colegiado por mais quatro anos, já que sua posição é mais técnica e normalmente ocupada por servidores da casa. Serra, por sua vez, decidiu que não quer continuar. Sua opção já era conhecida desde o ano passado. Agora, contudo, o debate sobre seu sucessor ocorre em meio aos recentes comentários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista à "GloboNews", a respeito da necessidade de o Brasil ter um BC formalmente independente.

Lula também criticou o patamar atual da taxa básica

de juros e a meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a qual, segundo ele, atrapalha o crescimento da economia. A meta de **inflação** para 2023 é de 3,25%, podendo oscilar 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Já a Selic está em 13,75% ao ano, patamar que será reavaliado na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Nesse contexto, alas do governo não descartam a indicação de alguém que faça um contraponto, dentro do Copom, à atual gestão. Na avaliação de fontes do Executivo, esse discurso pode ganhar força, a depender da decisão do colegiado em sua próxima reunião.

Essa postura não é consensual. Um outro grupo argumenta que tal abordagem elevaria as preocupações no mercado com o comportamento da **inflação** e ampliaria a desconfiança entre os agentes econômicos.

Uma fonte do Executivo reconhece que as projeções compiladas pelo BC no Boletim Focus já apontam esse risco. Para essa fonte, deve-se ter em mente que as expectativas podem se deteriorar ainda mais num cenário de incertezas em relação à condução da política monetária, mesmo que os fundamentos econômicos atuais não justifiquem esse temor.

Nos bastidores, aponta-se também o risco de o Senado não aprovar um nome que possa criar ruídos na economia.

A escolha dos diretores e do presidente do BC é uma prerrogativa do presidente da República. Mesmo depois da aprovação da autonomia do BC, permanece sendo do chefe do Poder Executivo a assinatura do despacho com os nomes, que é encaminhado ao Senado com as indicações.

No Senado, cabe à CAE sabatar o indicado e fazer a votação do parecer de um relator, o qual, por fim, é apreciado pelo plenário. As votações são secretas.

Estas são apenas as primeiras vagas que irão se abrir na diretoria do BC nos próximos anos. O próprio cargo de presidente deve ficar vago em 2024, uma vez que Campos já afirmou publicamente que não pretende ser reconduzido.

Em dezembro, em entrevista coletiva para apresentação do Relatório de **Inflação** dois dias depois de se encontrar com o ministro da Fazenda, Campos disse que esse sempre foi um processo discutido com outros membros do colegiado, e que algumas cadeiras são "mais técnicas" e precisam ter continuidade na gestão. "O que a gente tem discutido e o que eu conversei com o ministro Haddad é que o ideal é que a gente continuasse conduzindo esse processo de uma forma suave e consensual", ressaltou na ocasião.

Ex-diretor de política monetária, Reinaldo Le Grazie, atualmente sócio da Panamby Capital, acredita que a junção de experiências do setor privado, público e da academia "funciona bem". Segundo ele, a atual equipe de Campos tem essa característica. "Entendo que o governo não queira alguém do mercado nessa posição, mas o BC tem ótimos servidores. Acho que seria uma boa solução também. Levar alguém do mercado gera um ganho na integração e troca de experiências, mas escolher um servidor também tem vantagens", afirma.

Já o ex-diretor de assuntos internacionais do BC Tony Volpon pondera que este não é o melhor momento para se fazer uma escolha não consensual, especialmente por ser a primeira troca no colegiado pós-autonomia, em um governo com ideias divergentes em relação à gestão anterior. "Quando a questão fiscal for definida, o grau de liberdade na política monetária do atual governo será maior. Agora ainda temos muita incerteza fiscal."

Ele resalta que, apesar da reação negativa do mercado às críticas de Lula à autonomia do BC, o petista não deu sinais de que pretende adotar atitudes concretas, como revogar a lei. Além disso, ele lembra que o presidente costuma ser pragmático em suas decisões.

Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e sócio da Oriz Partners, vê com preocupação as declarações do presidente e uma possível intenção de indicar diretores "inadequados" à função. "Na diretoria do Bruno Serra [política monetária], o novo membro vai lidar diretamente com a gestão de liquidez do sistema financeiro e com o mercado de câmbio", diz. "É preciso ter conhecimento técnico apurado. A melhor opção seria ter um consenso. Não faz sentido ter alguém que tenha perfil inadequado a essa função."

Segundo ele, o mercado "está de olho" nessa transição porque é a primeira que ocorre depois da aprovação da autonomia. "A ideia de consenso é absolutamente fundamental", frisa. "O presidente da República tem a prerrogativa da escolha, o Ministério

da Fazenda pode ter sugestões, não vejo problema que seja feito a quatro mãos e que o BC também dê opinião", completa.

Para Ricardo Barboza, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), é importante que "se busque alguma diversidade intelectual" dentro do Copom, independentemente da origem do futuro diretor: academia, mercado ou o próprio BC. Segundo ele, o histórico indica que o risco de uma nomeação inadequada é "muito baixo".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187440?page=1&section=1>

# Incerteza desafia início de cortes na taxa Selic

De São Paulo

Embora o alívio gradual observado na curva de juros após o estresse de novembro tenha feito o mercado voltar a colocar no preço a possibilidade de cortes na Selic neste ano, o "timing" de quando o processo de flexibilização monetária ocorrerá está cada vez mais incerto. Na visão de economistas ouvidos pelo Valor, embora o cenário internacional - com a reabertura da economia chinesa e a melhora na margem da **inflação** nos EUA - tenha afastado a hipótese de elevações nos juros, a discussão sobre metas de **inflação** e a incerteza fiscal impedem um afrouxamento monetário mais rápido.

"O cenário hoje é de juro parado o ano inteiro. É muito difícil imaginar o juro caindo neste ano com uma **inflação** que ainda está muito resistente", observa Reinaldo Le Grazie, ex-diretor do Banco Central e sócio da Panamby Capital. Ao apontar, ainda, para o nível elevado de incertezas no ambiente doméstico, Le Grazie avalia que um aumento na Selic não está na mesa neste momento, mas ressalta que ainda não se sabe qual será o próximo movimento. "A maior probabilidade é de baixa, mas não conseguimos ter clareza sobre o que está à frente. Por isso é difícil pensar em cortes de juros neste ano."

Na medida em que ganham peso as discussões sobre a possibilidade de revisão nas metas de **inflação**, o ambiente ganha níveis de incerteza adicionais. "Alterar a meta não faria sentido. Se tivermos metas mais altas, os ativos subjacentes vão nessa mesma direção. Se a meta de **inflação** subir, a **inflação** também sobe. E aí pode ser criada uma discussão sobre derrubar os juros, mas isso não vai durar nem 10 minutos, já que seria uma análise muito rasa", afirma Le Grazie.

"Se a nossa taxa de juros real está em 7% e a **inflação** está nos níveis atuais, na hora em que a meta for alterada, a necessidade de um juro real a 7% continuará a mesma, ou seja, vamos ter uma **inflação** mais alta, um juro real que continuará igual e, como consequência, um juro de médio prazo que vai precisar subir", aponta o sócio da Panamby. O movimento, inclusive, foi visto na curva de juros desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou as atuais metas de **inflação** e a autonomia do BC, com alta bastante relevante das taxas de juros de longo prazo.

"Com o mercado à espera das decisões do governo sobre arcabouço fiscal, políticas parafiscais etc, há uma justificativa para o juro de mercado de curto prazo ficar estável por um tempo maior que o esperado, mesmo que seja necessário subir. Quem acaba oscilando é o juro de longo prazo. Quando o mercado fica nervoso, é o DI para janeiro de 2027 que vai oscilar mais, enquanto o curto fica bem comportado", afirma Le Grazie. Para efeito ilustrativo, o spread entre os juros de dois e de cinco anos começou 2023 negativo, em -0,085 ponto percentual e, agora, está positivo, em 0,075 ponto.

Na avaliação do economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, cuja expectativa é de cortes graduais na Selic na segunda metade do ano, o cenário internacional ajudou a reduzir a chance de retomada do ciclo de aperto monetário. "A reabertura da China e o impacto disso nos preços dos ativos ajudaram nesse lado. E, do ponto de vista fiscal, o mercado está dando o benefício da dúvida para o governo. Há alguns questionamentos sobre o pacote de medidas que a Receita desenvolveu para o ministro Haddad, mas também há um consenso de que as coisas vão na direção correta", observa.

"O governo começa a reconhecer a necessidade de que esse ajuste fiscal seja feito", diz Genta. "O que, no curto prazo, a meu ver, poderia colocar o BC em xeque para ter que subir mais os juros seria uma desancoragem das expectativas de **inflação**. E uma das coisas que pode motivar isso é, justamente, a discussão sobre as metas de **inflação**. Uma outra é como se dará a substituição do diretor Bruno Serra Fernandes na diretoria de Política Monetária do BC, o que pode levantar dúvidas quanto à autonomia da autoridade monetária", afirma o economista da XP Asset.

No cenário básico da Genoa Capital, o processo de flexibilização monetária deve começar somente na segunda metade do ano, a um ritmo bastante gradual, com a Selic em 12,25% em dezembro. Quanto à possibilidade de uma retomada do ciclo de aperto monetário, que chegou a ser precificada na curva de juros no fim do ano passado, o economista-chefe da casa, Igor Velecico, acredita que houve uma redução considerável da chance de esse cenário se materializar. "Apesar da piora do risco fiscal por um

lado, por outro o ambiente externo está muito mais favorável."

O profissional nota, em especial, que o mercado tem ficado menos estressado com o ponto terminal dos juros nos Estados Unidos após dados mais fracos de atividade econômica e de desaceleração nos salários. A reabertura da economia chinesa é outro ponto destacado por Velecico, ao notar que não houve um aumento explosivo de mortes por covid na China desde que a política de "covid zero" começou a ser flexibilizada.

"E, na margem, há uma disposição maior do governo em impulsionar o crescimento. Com a China reabrindo e crescendo mais, as commodities tendem a ter um desempenho melhor e a **inflação** de bens no mundo fica mais tranquila. É um ambiente ótimo para emergentes", afirma Velecico.

A incerteza local, porém, continua elevada e, assim, o mercado deve se mostrar bastante atento à dinâmica das expectativas de **inflação**, especialmente diante das discussões recentes sobre alterações nas metas de **inflação**. "Não vejo um grande benefício caso haja uma mudança das metas. É muito possível que as expectativas subam e, se o motivo da desancoragem hoje for relacionado à política econômica ou falta de credibilidade, o mais provável é que elas subam para um patamar acima da nova meta, potencialmente anulando qualquer benefício sobre a trajetória de juros", observa. (VR e GR)

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187440?page=1&section=1>

# FIDCs são nova opção em renda fixa em cenário de juros altos

**Lucas Bombana são paulo**

Em um ano em que a renda fixa deve novamente ter protagonismo nas carteiras dos investidores, frente ao patamar elevado de, 1375% em que se encontra a taxa básica de juros, os investidores passarão a ter uma nova alternativa para alocar os recursos na classe de ativos.

No final de dezembro, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) publicou o novo marco regulatório dos fundos de investimento, que entra em vigor em abril e passa a permitir a oferta de FIDCs (fundos de investimento em direitos creditórios) para os investidores em geral.

Até então, esses veículos de investimento, pelo grau de complexidade, estavam disponíveis somente para os investidores considerados qualificados ou profissionais pela legislação.

Os qualificados são aqueles com pelo menos R\$ 1 milhão em aplicações; os profissionais são aqueles com ao me- nos R\$ 10 milhões.

Sócio-Diretor da Solis Investimentos, gestora de recursos especializada em FIDCs com cerca de R\$ 11,5 bilhões, Ricardo Binelli explica que os fundos de direitos creditórios são estruturas que aplicam em títulos de créditos a receber de determinada empresa, papéis conhecidos no jargão de mercado como recebíveis.

Binelli dá um exemplo prático para facilitar o entendimento sobre a operação: em meados de 2019, o São Paulo Futebol Clube estruturou um FIDC em que o clube do Morumbi vendeu aos investidores parte dos valores que teria direito de receber pelo contrato de pay-per-view com a Rede Globo para a transmissão de suas partidas no campeonato brasileiro.

Segundo o especialista da Solis, ao negociar os direitos creditórios, os gestores compram os títulos que lhe dão direito ao recebimento dos valores no futuro mediante uma taxa de desconto.

Dessa forma, o recebimento do valor cheio do pagamento mais à frente é o que proporciona o retorno aos investidores, diz Binelli.

Entre os investimentos em FIDCs realizados pela gestora, ele aponta casos de crédito consignado de **servidores públicos** federais, financiamentos estudantis voltados para cursos profissionalizantes e operações de originação de crédito parcelado realizados por fintechs a pequenas e médias empresas, em que a Solis adquire o direito de receber os valores devidos no futuro com desconto para, assim, remunerar os investidores.

A expectativa de retorno dos FIDCs, em média, gira em torno de CDI mais uma taxa entre 3% e 4% ao ano, no caso das cotas chamadas sêniores, afirma o especialista.

Ele explica que os FIDCs são estruturados com diferentes cotas, sendo as mais comuns as sêniores e as subordinadas.

As subordinadas, que costumam corresponder a uma parcela entre 20% e 30% do valor total do fundo, são as que primeiro são afetadas em caso de inadimplência.

Somente se a inadimplência ultrapassar o percentual destinado às subordinadas é que ela passa a afetar também as cotas sêniores.

De modo a proteger os investidores de varejo pessoa física que passarão a poder investir nos FIDCs, a regra imposta pela CVM permite que esse público invista somente nas cotas sêniores.

"A cota sênior tem uma estrutura de risco versus retorno mais apropriada ao perfil do público em geral", diz Nathalie Vidual, superintendente de securitização e agronegócio em exercício da CVM.

Ela acrescenta que o nível de risco dos FIDCs, no caso da cota sênior, está aderente ao perfil e ao nível de educação financeira do público em geral.

Segundo ela, um importante objetivo na agenda da autarquia é o empoderamento do varejo.

"Faz parte desse propósito disponibilizar mais produtos ao investidor comum, especialmente aqueles que podem gerar maior diversificação de seus investimentos, como os fundos estruturados

alternativos", diz Nathalie.

CEO da Empírica Investimentos, Leonardo Calixto afirma que, dada a complexidade que envolve a estrutura dos FIDCs, os produtos que a gestora vier a lançar destinados ao público geral deverão ser no formato de um fundo que compra cotas de outros FIDCs.

Assim, os profissionais da casa fazem uma curadoria prévia dos fundos de risco compatível ao perfil dos investidores de varejo, afirma o CEO da Empírica, gestora focada em FIDCs com cerca de R\$ 9 bilhões.

"Não tenho dúvida que as cotas de FIDCs são excelentes alternativas para compor o patrimônio dos investidores, e o marco regulatório aumentou o acesso, mas há dificuldades em relação a análise, seleção e monitoramento desses fundos", diz Calixto.

"Existe um processo de aprendizagem natural tanto do lado do investidor quanto do lado dos prestadores de serviço em se comunicarem adequadamente com este novo público, ampliando a educação financeira", diz Nathalie, da CVM.

Binelli, da Solis, acrescenta que a maior parte dos FIDCs do mercado é no formato fechado, em que o investidor aplica o dinheiro e precisa esperar o tempo de vida do fundo para ter o dinheiro de volta.

Ele diz que, de forma geral, os FIDCs costumam ter um prazo médio de 36 meses, sendo os 12 primeiros de carência, em que os gestores buscam os investimentos para a carteira, e, nos 24 restantes, é quando o investidor passa a receber os valores parcelados e corrigidos.

Tire suas dúvidas

O que são os FIDCs?

FIDCs (fundos de investimento em direitos creditórios) são fundos de renda fixa que compram títulos de créditos a receber de determinada empresa, conhecidos no jargão de mercado como recebíveis. As parcelas das dívidas são feitas com desconto pelos gestores, por assumir o risco de recebimento futuro, e o pagamento do valor cheio é o que origina o retorno aos investidores

Qual a expectativa de retorno?

A rentabilidade dos FIDCs varia de acordo com cada fundo, mas, na média, oscila ao redor de CDI mais 3% a 4% ao ano, no caso das cotas seniores, segundo estimativas de Ricardo Binelli, da Solis Investimentos

Qual O prazo?

Os FIDCs costumam ter um prazo de 36 meses, em média, com os 12 primeiros de carência, em que os gestores buscam os investimentos para a carteira, e, nos 24 restantes, é quando o investidor passa a receber os valores parcelados e corrigidos

Quando os FIDCs passam a ser ofertados ao público geral?

As gestoras especializadas em FIDCs trabalham nos ajustes necessários dos fundos na grade de produtos para iniciara oferta para o público geral a partir de abril, quando entra em vigor o novo marco regulatório de fundos da CVM. Até então, os produtos podiam ser ofertados somente aos investidores considerados qualificados ou profissionais pela legislação de mercado, que são aqueles com pelo menos R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões em aplicações financeiras, respectivamente

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50165>**